



INSPIRALI

Inspirali Educação S.A.

CNPJ/MF Nº 35.822.503/0001-27 | NIRE 31.300.130.835

Prezado Acionista, Apresentamos abaixo os principais números do quarto trimestre de 2025. **Receita Operacional Líquida:** A receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 3.381,2 milhões. **Custos e Lucro Bruto:** Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 1.207,7 milhões, equivalente a 36% da receita operacional líquida. O lucro bruto foi de R\$ 2.173,5 milhões, equivalente a 64% da receita operacional líquida. **Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 818,1 milhões, representando 24% da receita operacional líquida. **Resultado Financeiro:** Foram contabilizados R\$ 568,1 milhões de despesas financeiras e R\$ 199,8 milhões de receitas financeiras. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** A linha de imposto de renda e contribuição social correntes foi de R\$ 2,0 milhões e de R\$ 9,2 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos. **Lucro Líquido:** A Companhia registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 613,7 milhões, representando 18% da receita operacional líquida. **Caixa e Aplicações Financeiras:** Encerramos o quarto trimestre de 2025 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de alta liquidez de R\$ 1.156,7 milhões que servirá para garantir a manutenção e expansão da operação. **Investimentos:** Finalizamos o quarto trimestre de 2025 com investimentos consolidados de R\$ 129,7 milhões, equivalente a 4% da receita líquida. **Empréstimos:** Encerramos o quarto trimestre de 2025 com o saldo de R\$ 2.032,4 milhões em empréstimos, representado basicamente pela segunda emissão de debênture. **Equidade:** A Inspirali Educação reafirma seu compromisso com a promoção da equidade, reconhecendo a necessidade de ações intencionais para ampliar oportunidades a grupos historicamente sub-representados. Alinhado às diretrizes da holding Ânima, desde 2020, fortalecemos a cultura Ânima Plurais, estruturada para promover institucionalmente inclusão e equidade em todo o Ecossistema. Nossa atuação está estruturada em cinco eixos: **Consenticiatização, Atracão, Desenvolvimento, Cultura e Comunicação**, garantindo que a equidade esteja integrada aos processos de recrutamento, às oportunidades de crescimento profissional e à construção de um ambiente de pertencimento e respeito. Com governança definida e monitoramento contínuo, avançamos de forma responsável e sustentável, fortalecendo nosso papel como agente de transformação social por meio da educação.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da Companhia:					
	2025		2024		Δ 2025/2024
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	
Executivo	18	42%	13	34%	8 p.p.
Gerencial	86	53%	61	51%	2 p.p.
Técnico	4.286	57%	4.108	57%	0 p.p.
Total	4.390	57%	4.182	57%	0 p.p.

Executivo: presidência, vice-presidência e diretoria. *Gerencial:* gerentes. *Técnico:* administrativos, docente, especialista, supervisor e coordenador.

Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na Administração da Companhia:					
	2025		2024		Δ 2025/2024
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	
Total	2	15%	2	15%	0 p.p.

Administração: Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia:

	2025			2024			Δ 2025/2024		
	Fixa	Variável	Eventual	Fixa	Variável	Eventual	Fixa	Variável	Eventual
Mulheres	73%	10%	17%	84%	14%	2%	-11 p.p.	-4 p.p.	15 p.p.
Executivo	85%	5%	10%	88%	4%	8%	-3 p.p.	1 p.p.	2 p.p.
Gerencial	77%	2%	21%	77%	2%	21%	0 p.p.	0 p.p.	0 p.p.
Técnico	77%	2%	21%	77%	2%	21%	0 p.p.	0 p.p.	0 p.p.
Total	77%	3%	20%	78%	2%	20%	-1 p.p.	1 p.p.	0 p.p.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL				
Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	5	67.833	60.264	110.412
Aplicações financeiras	5	659.842	508.042	1.046.306
Contas a receber	6.1	121	684	609.885
Adiantamentos diversos		349	661	25.635
Impostos e contribuições a recuperar	7	20.207	11.371	50.058
Contas a receber com partes relacionadas	27	7.768	51	14.767
Dividendos a receber	27	334.778	216.756	-
Outros ativos circulantes		745	44	8.561
Total do Ativo Circulante		1.091.643	797.873	1.865.624
Ativos não Circulantes				
Contas a receber	6.1	-	-	93.249
Impostos e contribuições a recuperar	7	209	12.551	20.940
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.012	1.905	-
Direitos a receber por aquisições	9	-	-	239.318
Depósitos judiciais	19	81	70	120.460
Outros ativos não circulantes		-	-	10.195
Investimentos	10	2.916.851	2.926.110	2.162
Imobilizado	10	3.112	1.261	355.074
Direitos de uso de arrendamentos	12	-	-	670.772
Intangível	13	61.875	54.242	4.474.216
Total do Ativo Não Circulante		2.984.140	2.996.139	5.986.246
Total dos Ativos		4.075.783	3.794.012	7.851.870

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos Circulantes				
Fornecedores		3.670	3.010	144.085
Contas a pagar com partes relacionadas	27	411	284	28.664
Arrendamentos a pagar	12	-	-	73.663
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	35.830	27.680	35.830
Obrigações sociais e salariais	15	12.377	8.708	113.525
Obrigações tributárias	16	2.373	1.280	37.692
Adiantamentos de clientes	6.2	-	290	95.053
Parcelamento de impostos e contribuições	17	-	-	14.845
Contas a pagar por aquisições	18	1.644	2.276	12.049
Dividendos a pagar	27	101.438	81.147	122.735
Outros passivos circulantes		-	-	49.736
Total do Passivo Circulante		157.743	124.675	727.877
Passivos não Circulantes				
Arrendamentos a pagar	12	-	-	762.466
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.996.547	1.995.067	1.996.547
Adiantamentos de clientes	6.2	-	-	9.800
Parcelamento de impostos e contribuições	17	-	-	40.369
Contas a pagar por aquisições	18	663	952	54.460
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	30.609
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	19	-	-	432.763
Outros passivos não circulantes		-	1	121.116
Total do Passivo Não Circulante		1.997.210	1.996.020	3.448.130
Total dos Passivos		2.154.953	2.120.695	4.176.007
Patrimônio Líquido				
Capital social	20	357.618	357.143	357.143
Reserva de capital	20	945.259	945.259	945.259
Ajuste de avaliação patrimonial	20	(39.567)	17.702	(39.567)
Ações em tesouraria	20	(7)	-	(7)
Reservas de lucros		657.527	353.213	657.527
Total do Patrimônio Líquido		1.920.830	1.673.317	1.920.830
Participação de acionistas não controladores	21	-	-	1.755.033
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		4.075.783	3.794.012	7.851.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto Operacional: A Inspirali Educação S.A., ("Inspirali" ou "Companhia"), foi constituída em 11 de dezembro de 2019, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é a Holding de medicina do Ecossistema Ânima (Ânima Holding S.A. - controladora do Grupo), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a administração de instituições de ensino de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos a distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura. A Inspirali Educação S.A. e suas controladas doravante serão referidas como "Grupo" para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consideram a Orientação Técnica CPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de março de 2026. 2.1.1 Demonstração do Valor Adicionado: A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. 2.2. Adoção de novas normas e práticas contábeis: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • CPC 18 (R3)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: A revisão introduz esclarecimentos relacionados à aplicação do método de equivalência patrimonial, incluindo orientações adicionais sobre reconhecimento de perdas, transações entre investidor e investida e aspectos específicos de mensuração e divulgação. 2.3. Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026: • Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (alterações nas divulgações) As alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 introduziram esclarecimentos sobre a baixa de passivos financeiros, reforçando que a baixa ocorre na data de liquidação e permitindo, em determinadas circunstâncias, a adoção de política contábil para baixa de passivos liquidados por sistemas eletrônicos antes dessa data. Também foram atualizadas as orientações sobre a avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG ou cláusulas não tradicionais, além de esclarecido o conceito de operações "sem direito de regresso" e de instrumentos contratuamente vinculados. As alterações ainda incluíram novos requisitos de divulgação para instrumentos com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de OCI. Essas mudanças não tiveram impacto material para o Grupo. • CBPS1/IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: A norma estabelece requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com foco nos riscos e oportunidades que possam afetar o valor da entidade no curto, médio e longo prazos, promovendo maior consistência, comparabilidade e utilidade das informações para os usuários. • CBPS2/IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima: A norma define requisitos específicos para a divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades climáticas, incluindo governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas, alinhadas às recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures ("TCFD"), com o objetivo de aprimorar a transparência sobre os impactos financeiros das questões climáticas. Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027: • CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis: A norma substitui a IAS 1 e estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado e do resultado abrangente, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas. • IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A norma permite que subsidiárias que não possam responsabilidade pública adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo, contudo, os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS completas, com o objetivo de simplificar a preparação das

Saldos em 31 de dezembro de 2023

Ajuste de avaliação patrimonial passivo de resgate de opção IBCMED	-	-	(1.857)	-	-
Amortização de ações preferenciais - ex-medicina	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.236	-	-	-	-
Constituição reserva legal	-	-	-	(19.038)	19.038
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	324.586
Destinações:	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(175.797)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	243.440	(243.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	357.143	945.259	17.702	334.175	19.038
Ajuste de avaliação patrimonial passivo de resgate de opção IBCMED	-	-	(1.046)	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	(7)	-
Amortização de ações preferenciais - ex-medicina	-	-	-	-	-
Aumento de capital	475	-	-	-	-
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	-	-	(56.223)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	405.752
Destinações:	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(101.438)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	304.314	(304.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	357.618	945.259	(39.567)	(7)	638.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	23	-	3.381.232	3.153.185
Custo dos produtos e serviços	24	-	(1.207.748)	(1.181.953)
Lucro Bruto			2.173.484	1.971.232
Receitas (Despesas) Operacionais				
Comerciais	24	-	(226.629)	(224.470)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	24	-	(148.146)	(126.582)
Gerais e administrativas	24	(91.629)	(46.721)	(818.120)
Resultado de equivalência patrimonial	10	726.454	617.999	(5.670)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24	633.449	564.479	(1.198.565)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		633.449	564.479	974.919
Despesas financeiras		86.571	40.600	199.787
Despesas financeiras		(314.375)	(280.567)	(568.124)
Resultado financeiro líquido	26	(227.804)	(239.967)	(368.337)
Lucro antes dos Impostos		405.645	324.512	606.582
IRPJ e CSLL correntes	8	-	-	(2.027)
IRPJ e CSLL diferidos	8	107	74	9.157
Lucro Líquido do Exercício		405.752	324.586	613.712
Participação da controladora		405.752	324.586	405.752
Participação de não controladores		-	-	207.960
Lucro Básico por Ação - R\$	22	1,12	0,90	0,90
Lucro Diluído por Ação - R\$	22	1,12	0,90	0,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	405.752	324.586	613.712	467.458
Resultado Abrangente Total do Exercício	405.752	324.586	613.712	467.458

Participação da controladora	405.752	324.586	405.752	324.586
Participação de não controladores	-	-	207.960	142.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita		963	2.395	3.385.866	3.173.618
Receita de produtos e serviços	23	-	-	3.385.866	3.173.618
Outras receitas		963	2.395	27.696	28.282
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa 6/24		-	-	(148.146)	(126.582)
Insumos Adquiridos por Terceiros		(39.867)	(22.322)	(836.353)	(751.254)
Custo dos produtos e serviços		-	-	(171.379)	(121.855)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(39.867)	(22.322)	(664.974)	(629.399)
Valor Adicionado Bruto		(38.904)	(19.927)	2.549.513	2.422.364
Depreciação e amortização	24	(10.554)	(8.658)	(297.250)	(245.264)
Ratêio depreciação e amortização	24	(221)	(100)	(53.704)	(52.440)
Valor Adicionado Líquido		(49.679)	(28.685)	2.198.559	2.024.676
Valor Adicionado Recebido em Transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		726.454	617.999	-	-
Receitas financeiras	26	86.571	40.600	199.787	140.147
Valor Adicionado Total a Distribuir		763.346	629.914	2.398.346	2.164.823
Valor Adicionado Distribuído		763.346	629.914	2.398.346	2.164.823
Pessoal		36.619	22.639	888.594	872.589
Remuneração direta		31.704	20.096	751.753	742.119
Benefícios		2.989	1.125	65.685	57.867
FGTS		1.926	1.418	71.156	72.603
Impostos, Taxas e Contribuições		5.963	1.963	316.345	318.178
Federais		5.913	1.837	176.635	184.623
Estaduais		-	-	8	8
Municipais		50	126	139.692	133.547
Remuneração de Capitais de Terceiros		315.012	280.726	579.695	506.598
Juros	26	314.375	280.567	568.124	495.883
Aluguéis		637	159	11.571	10.715
Remuneração de Capitais Próprios		405.752	324.586	613.712	467.458
Lucro partido		304.314	243.440	304.314	243.440
Retenção de acionistas não controladores		-	-	207.960	142.872
Dividendos		101.438	81.146	101.438	81.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



→ continuação

(i) **Sobepe:** Em 1º de agosto de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da VC Network, operação de aumento de capital social no montante de R\$ 193.617, mediante subscrição de uma ação ordinária pela Inspiral. A integralização da ação ocorreu por meio da transferência de 19.279.054 ações da SOBEPE, avaliadas com base em laudo de patrimônio líquido contábil emitido por empresa especializada. Do valor total da subscrição, R\$ 1,00 (um real) foi destinado ao capital social e R\$ 193.617 à reserva de capital. Essa reestruturação não teve efeito caixa e tampouco impacto nos saldos consolidados e tem como objetivo consolidar ativos estratégicos da área de educação médica sob a estrutura da VC Network, alinhando-se à estratégia de segmentação e especialização da Inspiral no setor. (ii) **Brasil e IEDUC:** Em 1º de outubro de 2025 ocorreu a reorganização societária que resultou na transferência de parte dos ativos e direitos da Brasil e IEDUC para a FACEB Educação Ltda. ("FACEB") controlada da Anima Holding), com objetivo de reduzir o número de mantenedoras e mantidas, promover sinergias regionais, adequação regulatória e eficiência operacional. As empresas Brasil e IEDUC atuaram como cedentes, vendendo a custo controlado e transferindo para a cessionária FACEB os ativos das respectivas unidades, bem como os direitos sobre a manutenção das IES vinculadas, exceto aquelas com cursos de Medicina. Na Brasil o acerto transferido foi de R\$ 26.992; (i) R\$ 4.293 de contas a receber; (ii) R\$ 26.227 de imobilizado; (iii) R\$ 15.183 de direito de uso; (iv) R\$ 356 de intangível; e (v) R\$ 19.067 de passivo de arrendamento. Na IEDUC o acerto transferido foi de R\$ 393; (i) R\$ 367 de contas a receber; (ii) R\$ 8 de imobilizado; e (iii) R\$ 18 de intangível. (iii) **FASEH:** Em 14 de novembro de 2025 foi celebrado o contrato de compra e venda de participação societária, onde houve a aquisição de 10.142 quotas da capital social da FASEH, no montante aproximado de R\$ 28.327. A Inovattus aumentou sua participação societária na FASEH, passando de 73,76% para 83,90%. A operação foi caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Companhia já detinha o controle final do Fasel por meio da Inovattus. A Fasel permanece sendo integralmente consolidada nas demonstrações financeiras da Inspiral. (iv) **Unifig:** Em 12 de setembro de 2025, a Insegnare, subsidiária da Inspiral, exerceu os direitos decorrentes de instrumento contratual de opção para aquisição dos 45% remanescentes do capital social da Unifig, passando a deter 100% da companhia. A operação foi caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Insegnare já detinha controle e consolidava a Unifig desde 2020. Os efeitos da transação foram retroajustados a 1º de julho de 2025. A contraprestação total acordada foi de R\$ 90.899, composta por: (i) assunção, pela Insegnare, de obrigações dos vendedores relativas a saldos a integralizar e outros créditos detidos pela Unifig contra os vendedores, totalizando R\$ 82.156, sem impacto em caixa (vide nota explicativa nº 31). Estes saldos estavam registrados no balanço consolidado como "Direitos a receber por aquisições"; (ii) compromisso de concessão de bolsas de estudo no valor de até R\$ 2.000, a serem utilizadas por beneficiários indicados pelos vendedores, no prazo de até 24 meses contados da data de fechamento, sem impacto em caixa (vide nota explicativa nº 31); e (iii) pagamento em caixa de R\$ 6.743. Adicionalmente, foram pagas divíndas aos vendedores no montante de R\$ 23.257, referentes aos lucros retidos de 2024 e do período final em 30 de junho de 2025, referentes à distribuição de lucros aos acionistas minoritários. A transação inclui ainda um eventual compromisso de até R\$ 500 por vaga de medicina, limitado a R\$ 94.000, condicionado à publicação de Portaria de Autorização pelo MEC até 31 de dezembro de 2026, conforme critérios e prazos definidos contratualmente. Não foi registrado passivo relacionado ao compromisso, por se tratar de evento futuro e incerto, não atendendo aos critérios para reconhecimento como passivo. 2.5. **Comparabilidade:** As demonstrações dos resultados para o exercício final em 31 de dezembro de 2024 não incluem o resultado integral da investida EMR que passam a ser consolidados a partir de 02 de dezembro de 2024 (nota explicativa 4). 2.6. **Julgamentos e estimativas contábeis:** De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Tais estimativas e premissas são revistas periodicamente, e seus efeitos são reconhecidos no período da revisão. Entretanto, os resultados reais podem divergir das estimativas adotadas. As estimativas e julgamentos contábeis relevantes, e as respectivas notas explicativas, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas se referem a: i. Imposto de renda e contribuição social - nota 8; ii. Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ICPC 22) - nota 8; iii. Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis - nota 19; iv. Direito de uso de arrendamentos e arrendamento a pagar - nota 12; v. Perdas estimadas - contas a receber - nota 6; vi. Impairment de ativos não financeiros - nota 13. 3. **Políticas Contábeis Materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e ao longo das notas explicativas, em conjunto com os assuntos aos quais se relacionam. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário. 3.1. **Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. 4. **Combinação de Negócio em 2024:** 4.1. **Composição preço de compra e ágio - EMR:** Em 2 de dezembro de 2024, o IBMED efetuou a aquisição integral da Eu Médico Residente ("EMR"), pagando o montante à vista de R\$ 15.000, permanecendo em aberto o saldo a pagar de R\$ 60.000, sendo R\$ 10.000 referente ao preço de compra e R\$ 50.000 referente à estimativa de *earn-out*.

	2025	2024
EMR		
Data de aquisição	02/12/2024	
% Participação	100,00%	
Pagamento à vista	15.000	
Pagamentos parcelados	10.000	
Earn-out	50.000	
Valor nominal da aquisição	75.000	
(-) Ajuste a valor presente	(23.110)	
Valor presente da aquisição	51.890	
Ativos líquidos adquiridos a valor justo - mensuração preliminar	(51.136)	
Ativos líquidos adquiridos a valor justo - mensuração período subsequente	(988)	
Ágio gerado na aquisição (final)	27.757	
4.2. Valor justo das aquisições - EMR:		
Alocação dos ativos	2025	2024
Ativos	EMR	EMR
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.530
Outros ativos circulantes	-	3.316
Imobilizado	-	913
Intangível	-	3.789
Carteira de clientes	272	-
Marca	-	22.345
Tecnologia	1.226	11.565
	1.498	47.458
Passivos		
Circulantes	-	6.792
IR/CS diferido passivo	510	11.530
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.000
	510	24.322
	988	23.136

A Companhia e seus consultores concluíram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a apuração dos ativos e passivos a valor justo relacionados à aquisição, bem como a determinação final do ágio ou ganho por compra vantajosa decorrente da transação. Assim, para 2025, encontra-se apresentada a alocação final do preço de compra, não havendo ajustes adicionais pendentes no período de mensuração. **Política:** O Grupo adota o método de aquisição para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente da natureza dos ativos ou instrumentos patrimoniais envolvidos. A contraprestação transferida compreende valores justos de ativos transferidos, passivos incorridos pelo adquirente com os ex-proprietários, participações societárias emitidas pelo Grupo, o valor justo de ativos transferidos ou passivos decorrentes de contraprestação contingente e de eventual participação pré-existente na adquirida. Os ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes são, com algumas exceções, mensurados a valor justo na data da aquisição. A participação não controladora é reconhecida, aquisição a aquisição, pelo valor justo ou pela proporção correspondente nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A mensuração dos ativos e passivos a valor justo baseia-se em avaliações de especialistas externos, que utilizam estimativas relevantes relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados. A Administração exerce julgamentos sobre contingências e efeitos tributários relacionados à combinação de negócios. Os custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando incorridos. O ágio é apurado quando a soma da contraprestação transferida, da participação não controladora e da participação pré-existente excede o valor justo dos ativos líquidos identificáveis; caso contrário, a diferença é reconhecida como ganho por compra vantajosa. Contraprestações diferidas são ajustadas a valor presente na data da aquisição e classificadas como passivo financeiro. A contraprestação contingente é igualmente reconhecida como passivo financeiro e reavaliada periodicamente a valor justo, com efeitos no resultado. 5. **Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	182	76
Aplicações financeiras - Operações	67.651	60.188
Total do caixa e equivalentes de caixa	67.833	60.264
Aplicações financeiras - Investimento		
Curto prazo	659.842	508.042
Total das aplicações financeiras	659.842	508.042
Ativo circulante	727.675	568.306
Ativo não circulante	93.249	75.249

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, com liquidez imediata, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa. A rentabilidade das cotas desses fundos atinge, nos últimos 12 meses, o retorno médio de 101,58% do CDI (percentual médio de 55,5% em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Grupo mantém uma aproximadamente R\$ 32.246 dos valores apresentados no quadro acima classificados como dados em garantia ou bloqueados. **Política:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencimento original de até três meses e risco insignificante de alteração de valor. Aplicações em CDBs e fundos de investimento com liquidez diária, ainda que indexados à taxa DI, não são classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem ativos com vencimentos superiores a três meses.

6. Contas a Receber e Adiantamento de Clientes: 6.1 contas a receber

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber mensalidades (a)	727.957	751.215
FIES - Financiamento estudantil (b)	89.726	84.502
Financiamentos (c)	265.051	212.696
Eventos, sublocações, serviços e outros	39.091	34.061
Total	1.121.825	1.082.474
Perdas estimadas (d)	(418.691)	(428.769)
Total geral contas a receber	703.134	653.705
Ativo circulante	609.885	578.456
Ativo não circulante	93.249	75.249

(a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-dados, cartões de créditos e cheques devolvidos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas realizaram antecipação de recebíveis e cessão de direitos fiduciários, ambos provenientes de cartão de crédito. O valor líquido recebido referente à antecipação de recebíveis foi de R\$ 277.460 (R\$ 117.611 medicina e R\$ 159.849 ex-medicina) com taxas de desconto entre 1,09% a 1,66% ao mês (entre 0,90% a 1,02% em 31 de dezembro de 2024). O valor líquido recebido referente à cessão de direitos fiduciários foi de R\$ 2.848 (R\$ 36.245 em 31 de dezembro de 2024), somente em ex-medicina, com taxa de desconto entre 1,30% e 1,40% ao mês (entre 0,97% e 1,06% em 31 de dezembro de 2024). Ambas as operações não possuem direito de regresso. (b) Refere-se a mensalidades financeiras pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, liquidadas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estas valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, serem créditos serem recomprados pelo Fundo. (c) Refere-se a mensalidades financeiras, liquidadas do ajuste a valor presente, decorrentes, principalmente, do Pravalor e Facilita. No Facilita, o aluno ingressante paga o valor entre R\$ 49,00 e R\$ 99,00 nas primeiras mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral pelas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso. Já no Pravalor, o aluno normalmente paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento cobradas dos alunos variam conforme a modalidade do contrato, que também são corrigidas pela inflação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou operações de antecipação de recebíveis relacionados ao Pravalor, em medicina, resultando no ingresso líquido de R\$ 127.732, após dedução de taxas de deságio e comissões, a operação não possui direito de regresso. (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRAL EDUCAÇÃO S.A.

as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade de alteração nos percentuais de estimativa de perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	414.542	(74.958)	18,08%	339.584	48,30%
Cartão de Crédito	26.007	-	-	26.007	3,70%
FIES	89.726	(7.512)	8,37%	82.214	11,69%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	147.872	(54.825)	37,08%	93.047	13,23%
De 91 a 180 dias	82.216	(34.328)	41,75%	47.888	6,81%
De 181 a 360 dias	144.089	(87.470)	60,71%	56.619	8,05%
De 361 a 720 dias	217.373	(159.598)	73,42%	57.775	8,22%
Total	1.121.825	(418.691)	37,32%	703.134	100,00%
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	394.569	(96.908)	24,56%	297.661	45,53%
Cartão de Crédito	17.545	-	-	17.545	2,68%
FIES	84.502	(10.486)	12,41%	74.016	11,32%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	151.715	(49.373)	32,54%	102.342	15,66%
De 91 a 180 dias	79.461	(31.898)	40,14%	47.563	7,28%
De 181 a 360 dias	129.797	(78.016)	60,11%	51.781	7,92%
De 361 a 720 dias	224.885	(162.088)	72,08%	62.797	9,61%
Total	1.082.474	(428.769)	39,61%	653.705	100,00%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento. A movimentação das perdas estimadas nos exercícios é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	428.769	418.338
Perdas estimadas no exercício	148.146	126.582
Títulos baixados no exercício (i)	(158.224)	(116.151)
Saldo final	418.691	428.769

Saldo final a títulos baixados na contabilidade, os quais estão vencidos há mais de dois anos. **Informação complementar sobre o contas a receber de mensalidades dos alunos de medicina:** O saldo de contas a receber de mensalidades compreende recebíveis relacionados a: (i) estudantes de medicina em cursos de graduação e pós-graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina; (ii) estudantes em demais cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância. Apresentamos a seguir um detalhamento complementar dos valores a receber e das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa relativos às mensalidades de estudantes de medicina e demais cursos. Essa composição não compreende os saldos relativos às contas a receber de FIES - Financiamento estudantil, Financiamentos, Eventos, Sublocações, serviços e outros.

	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Estudantes medicina			
Graduação	139.571	235.124	374.695
Pós-Graduação	34.081	4.012	38.093
Cartões	22.453	3.554	26.007
Mestrado, Doutorado, EAD e outros	-	289.162	289.162
Total	196.105	531.852	727.957
Estudantes não medicina			
Graduação	139.571	235.124	374.695
Perdas estimadas	(73.261)	(148.242)	(221.503)
Total graduação líquido	66.310	86.882	153.192
Financiamento	127.088	137.963	265.051

Para os estudantes de medicina temos 45,0% e para os estudantes não medicina temos 56,2%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias.

	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Estudantes medicina			
Graduação	135.886	271.682	407.568
Pós-Graduação	15.102	12.484	27.586
Cartões	12.234	5.311	17.545
Mestrado, Doutorado, EAD e outros	-	298.516	298.516
Total	163.222	587.993	751.215
Estudantes não medicina			
Graduação	135.886	271.682	407.568
Perdas estimadas	(59.458)	(161.031)	(220.489)
Total graduação líquido	76.428	110.651	187.079
Financiamento	88.377	124.319	212.696

O saldo de contas a receber mensalidade e o contas a receber financeiras, está demonstrado abaixo:

O saldo de contas a receber mensalidade e o contas a receber financeiros, está demonstrado abaixo:					
Consolidado - Medicina					
31/12/2025					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	161.994	(16.216)	10,01%	145.778	60,03%
Cartão de Crédito	22.453	-	-	22.453	9,25%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	50.804	(17.089)	33,64%	33.715	13,88%
De 91 a 180 dias	27.333	(9.400)	34,39%	17.933	7,38%
De 181 a 360 dias	24.681	(13.672)	55,39%	11.009	4,53%
De 361 a 720 dias	35.928	(23.985)	66,76%	11.943	4,92%
Total	323.193	(80.362)	24,87%	242.831	100,00%
Consolidado - Ex-Medicina					

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A vencer	200.786	(65.597)	32,67%	135.189	39,81%
Cartão de Crédito	3.554	—	—	3.554	1,05%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	100.550	(37.531)	37,33%	63.019	18,56%
De 91 a 180 dias	57.322	(24.715)	43,12%	32.607	9,60%
De 181 a 360 dias	123.884	(72.807)	58,77%	51.077	15,04%
De 361 a 720 dias	183.719	(129.574)	70,53%	54.145	15,58%
Total	669.815	(330.224)	49,30%	339.591	100,00%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

Consolidado - Medicina					
31/12/2024					
Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)	
104.039	(12.618)	12,13%	91.421	48,49%	
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	56.016	(15.022)	26,82%	40.994	21,75%
De 91 a 180 dias	27.895	(8.051)	28,86%	19.844	10,53%
De 181 a 360 dias	29.245	(10.457)	35,76%	18.788	9,97%
De 361 a 720 dias	22.170	(16.956)	76,48%	5.214	2,77%
Total	251.599	(63.104)	25,08%	188.495	100,00%

Consolidado - Ex-Medicina					
31/12/2024					
Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)	
244.145	(86.038)	35,24%	158.107	44,05%	
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	98.954	(33.979)	34,34%	64.975	18,10%
De 91 a 180 dias	53.441	(23.746)	44,43%	29.695	8,27%
De 181 a 360 dias	130.001	(74.821)	57,55%	55.180	15,37%
De 361 a 720 dias	180.460	(134.763)	74,68%	45.697	12,73%
Total	712.312	(353.347)	49,61%	358.965	100,00%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

6.2 Adiantamentos de Clientes:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de alunos (a)	-	290
Crédito bolsas (b)	-	9.417
Faturamento antecipado de clientes	-	96
Projetos de pesquisa	-	1.234
Total	290	104.853
Passivo circulante	290	95.053
Passivo não circulante	-	8.809

(a) Refere-se, principalmente, a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente e ao crédito dos alunos participantes do Pravalor, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravalor S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravalor S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalor. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalor realiza o repasse antecipado de parte substancial do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia. (b) Refere-se a (i) créditos dos vendedores da manutenção da Unisul, que podem utilizar-lhes mediante a concessão de bolsas de estudo ou pela comercialização de falsas bolsas, conforme previsto no contrato de compra e venda, e (ii) bolsas do programa Pravelor (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages e Ages Educação, de forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos das bolsas Pravelor são provenientes da conversão dos valores devidos de ISS e IPTU à prefeitura de Paripiranga.

Informação complementar sobre os adiantamentos de clientes dos alunos de medicina:

Crédito bolsas (b)	-	-	9.417	8.214
Faturamento antecipado de clientes	-	-	96	-
Projetos de pesquisa	-	-	1.234	1.076
Total	-	290	104.853	101.205
Passivo circulante	-	290	95.053	92.616



continuação

<



→ continuação

pelo método linear, com base na vida útil estimada. Já os ativos com vida útil indefinida, como licenças, polos EAD e ágio, não são amortizados e são submetidos ao teste de recuperabilidade ao menos anualmente. Intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos separadamente do ágio, pelo valor justo na data da aquisição. O ágio representa o excesso da contraprestação transferida, da participação de não controladores e da participação prévia, em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos. As licenças adquiridas se referem aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. São consideradas de vida útil indefinida, pois a perda de tais direitos é considerada remota. A amortização dos demais intangíveis segue o método linear, conforme tabela de vidas úteis aplicáveis.

Vida útil estimada (anos)	
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	4,5-5
Acordo de não competição	8
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3
Custos de desenvolvimento são capitalizados como ativos intangíveis apenas quando atendem simultaneamente aos seguintes critérios: • Viabilidade técnica de conclusão, para que esteja disponível para uso; • Intenção e capacidade de comercialização	

14. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:

Contrato	Valor captado	Indexador	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores financeiros (covenants)	Controladora e Consolidado
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão (a)	2.000.000	CDI	1,65%	27/05/2024	15/05/2029	anualmente a partir de maio de 2027.	- EBITDA Ajustado Proforma/Despesas financeiras > 1,3	31/12/2025 2.032.377 31/12/2024 2.022.747
Total Empréstimos								2.032.377 2.022.747
Passivo Circulante								35.830 27.680
Passivo Não Circulante								1.996.547 1.995.067

(a) A Inspirali aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9 de maio de 2024, a 2ª Emissão de Debêntures simples da Inspirali. A Emissão totalizará o montante de R\$ 2.000.000 com prazo total de 5 anos, incidindo taxa de juros de CDI +1,65% ao ano. Os recursos líquidos captados pela dessa emissão foram destinados a: quitação integral das debêntures da 1ª emissão Inspirali e o reforço de caixa, com o valor remanescente, após a quitação integral das Debêntures da 1ª Emissão. Não houve alterações sobre as principais condições e garantias estabelecidas em contratos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando comparadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em relação aos covenants mencionados acima, não foram identificados descumprimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Controladora e Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024
Valor contábil	Valor nominal
2027 665.186	930.858
2028 665.187	827.572
Após 2028 666.174	718.662
Total 1.996.547	2.477.092
Controladora e Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024
Valor contábil	Valor nominal
2026 -	266.405
2027 663.706	888.297
Após 2027 1.331.361	1.511.907
Total 1.995.067	2.666.609

(i) As movimentações dos saldos no exercício são como segue:

						Controladora	
	31/12/2024	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	31/12/2025		
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	2.022.747	(303.319)	311.469	1.480	2.032.377		
	<u>2.022.747</u>	<u>(303.319)</u>	<u>311.469</u>	<u>1.480</u>	<u>2.032.377</u>		
						Controladora	
	31/12/2023	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	31/12/2024
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão	2.042.661	-	(2.000.000)	(173.380)	102.718	28.001	-
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	-	1.992.600	-	(116.795)	145.956	986	2.022.747
	<u>2.042.661</u>	<u>1.992.600</u>	<u>(2.000.000)</u>	<u>(290.175)</u>	<u>248.674</u>	<u>28.987</u>	<u>2.022.747</u>
						Consolidado	
	31/12/2024	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	31/12/2025		
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	2.022.747	(303.319)	311.469	1.480	2.032.377		
	<u>2.022.747</u>	<u>(303.319)</u>	<u>311.469</u>	<u>1.480</u>	<u>2.032.377</u>		
						Consolidado	
	31/12/2023	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	31/12/2024
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão	2.042.661	-	(2.000.000)	(173.380)	102.718	28.001	-
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	-	1.992.600	-	(116.795)	145.956	986	2.022.747
	<u>2.042.661</u>	<u>1.992.600</u>	<u>(2.000.012)</u>	<u>(290.175)</u>	<u>248.674</u>	<u>28.987</u>	<u>2.022.747</u>



→ continuação

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladoras da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	01/01/2025 a 31/12/2025			01/01/2024 a 31/12/2024		
	Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total
Gratuidade PROUNI	(137.462)	(386.701)	(524.163)	(102.241)	(356.096)	(458.337)
Bolsas e descontos concedidos	(216.232)	(2.062.978)	(2.279.210)	(143.742)	(1.868.271)	(2.012.013)
Convênios com empresas	(6.384)	(53.396)	(59.780)	(5.864)	(35.856)	(41.720)
Devoluções, abatimentos e outros	(41.564)	(204.097)	(245.661)	(46.602)	(202.434)	(249.036)
Descontos em mensalidades	(401.642)	(2.707.172)	(3.108.814)	(298.449)	(2.462.657)	(2.761.106)

Política: Mensalidades: A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos *in company*, na forma de ensino presencial e a distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software. A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará, parcialmente, conforme condições contratuais vigentes, a primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos. As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Praxel antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 6.1. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico. **Eventos:** As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso, depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos. **Outras receitas:** Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clinics, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado, pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento. **Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo - FIES:** O Fundo de

24. Receitas e (Despesas) por Natureza:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com pessoal	(42.939)	(26.473)	(42.939)	(26.473)
Gastos com aluguel e ocupação (a)	(4.455)	(16.838)	(4.455)	(16.838)
Gastos com serviços de terceiros	(19.612)	(11.268)	(19.612)	(11.268)
Propaganda e publicidade	(9.843)	(5.279)	(9.843)	(5.279)
Perdas estimadas	(413)	(232)	(413)	(232)
Despesas com depreciação	(10.141)	(8.426)	(10.141)	(8.426)
Despesas com amortização	(1.849)	(2.954)	(1.849)	(2.954)
Despesas com amortização direito de uso	(5.639)	(4.047)	(5.639)	(4.047)
Manutenção	(1.849)	(2.954)	(1.849)	(2.954)
Deslocamentos	(5.639)	(4.047)	(5.639)	(4.047)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	(1.618)	(1.843)	(1.618)	(1.843)
Impostos e taxas	(1.618)	(1.843)	(1.618)	(1.843)
Multa para devolução de imóveis	-	-	-	-
Valor justo <i>earn-out</i>	-	-	-	-
Perda por <i>impairment</i>	-	-	-	-
Bolsa Pesquisa Preceptores	-	-	-	-
Ratelo de despesas com amortização e depreciação	(221)	(100)	(221)	(100)
Outras receitas (despesas) líquidas	(2.200)	6.200	(2.200)	6.200
Total	(93.005)	(53.520)	(93.005)	(53.520)
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	-	-	-	-
Despesas comerciais	-	-	-	-
Perdas estimadas	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(91.629)	(46.721)	(91.629)	(46.721)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.376)	(6.799)	(1.376)	(6.799)
Total	(93.005)	(53.520)	(93.005)	(53.520)

(a) Referem-se, principalmente, a gastos com energia elétrica e IPTU, bem como às despesas com aluguéis cujos contratos possuem as características para as isenções previstas na norma contábil CPC 06 (R2), correspondente ao IFRS 16 (nota explicativa 12).

25. Informações por Segmentos de Negócios:

	01/01/2025 a 31/12/2025			01/01/2024 a 31/12/2024		
	Consolidado			Consolidado		
	Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total
Receita Líquida	1.441.545	90.819	1.532.364	1.328.000	68.136	1.396.136
Custo dos produtos e serviços	(455.880)	(37.894)	(493.774)	(450.477)	(29.107)	(479.584)
Lucro bruto	985.665	52.925	1.038.590	877.523	39.029	916.552
Receitas (despesas) operacionais	(25.880)	(17.109)	(42.989)	(25.649)	(7.015)	(32.664)
Perdas estimadas	(25.880)	(17.109)	(42.989)	(25.649)	(7.015)	(32.664)
Perda por <i>impairment</i>	(25.880)	(17.109)	(42.989)	(25.649)	(7.015)	(32.664)
Gerais e administrativas	(25.880)	(17.109)	(42.989)	(25.649)	(7.015)	(32.664)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(18.528)	5.334	(13.194)	(4.231)	(623)	(4.854)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	657.449	(10.624)	646.825	851.919	(17.071)	834.848
Receitas financeiras	159.846	8.872	168.718	110.092	2.943	123.035
Despesas financeiras	(383.122)	(6.322)	(389.444)	(329.863)	(1.000)	(330.863)
Resultado financeiro líquido	(223.276)	2.550	(220.726)	(219.771)	1.943	(217.828)
Lucro (Prejuízo) antes de impostos	434.173	(8.074)	426.099	632.148	(15.128)	617.020
IRPJ e CSLL correntes	(1.368)	(659)	(2.027)	(1.011)	(193)	(1.204)
IRPJ e CSLL diferidos	3.769	1.309	5.078	266	495	761
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	436.574	(7.424)	429.150	631.403	(15.726)	615.677
Participação de controladores	413.176	(7.424)	405.752	339.412	(14.826)	324.586
Participação de não controladores	23.398	-	23.398	-	-	23.398
Informações adicionais:						
Depreciação e amortização	(90.619)	(7.413)	(98.032)	(110.197)	(4.991)	(115.188)
Amortização IFRS 16	(35.808)	(861)	(36.669)	(33.321)	-	(33.321)
Ratelo com amortização e depreciação	(10.349)	(6)	(10.355)	(53.704)	(25)	(53.729)
Pagamento de arrendamento	(61.763)	-	(61.763)	(58.833)	-	(58.833)
Total	(198.539)	(8.280)	(206.819)	(210.886)	(5.016)	(215.902)

Política: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo. A apresentação dos segmentos é conforme segue: **• Inspirali Medicina** - Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina. **• Educação Continuada Medi-** **calina** - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, publicações de livros e revistas para os cursos de Medicina. **• Ex-Medicina** - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino a distância. A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da companhia, não traz benefício adicional para análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

26. Resultado Financeiro, Líquido:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total
Receitas financeiras	88.700	40.862	129.562	-	152.065	94.743
Receita com aplicações financeiras	-	-	-	-	152.065	94.743
Receita com juros de mensalidades	-	-	-	-	11.663	20.159
Desconto obtido	-	6	6	-	-	69
Impostos e outras receitas	(2.129)	(268)	(2.397)	5.090	9.164	14.254
Total	86.571	40.600	127.171	31.069	199.787	115.035
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-
Despesa financeira de arrendamento	-	-	-	-	(31.535)	(72.556)
Despesa de juros com empréstimos	(312.949)	(277.661)	(590.610)	-	(312.949)	(277.661)
Juros de financiamento Praxel	-	-	-	(5.284)	(55.640)	(60.924)
Despesa bancária	(739)	(682)	(1.421)	(1.234)	(21.626)	(22.860)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(460)	(1.541)	(1.999)	(435)	(6.779)	(7.214)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC"). Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal. Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei nº 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei nº 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1). O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses, o financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros. Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia com base nos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020. As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES. **PROUNI:** O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia. A Lei nº 14.350, publicada em 25 de maio de 2022, altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 11.128, de 28 de junho de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Lei antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorrerá apenas em 2025. As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional ao ano letivo seguinte.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total
Gastos com pessoal	(42.939)	(26.473)	(69.412)	(42.939)	(26.473)	(69.412)
Gastos com aluguel e ocupação (a)	(4.455)	(16.838)	(21.293)	(4,455)	(16,838)	(21,293)
Gastos com serviços de terceiros	(19.612)	(11.268)	(30.880)	(19,612)	(11,268)	(30,880)
Propaganda e publicidade	(9.843)	(5.279)	(15.122)	(9,843)	(5,279)	(15,122)
Perdas estimadas	(413)	(232)	(645)	(413)	(232)	(645)
Despesas com depreciação	(10.141)	(8.426)	(18.567)	(10,141)	(8,426)	(18,567)
Despesas com amortização	(1.849)	(2.954)	(4.803)	(1,849)	(2,954)	(4,803)
Despesas com amortização direito de uso	(5.639)	(4.047)	(9.686)	(5,639)	(4,047)	(9,686)
Manutenção	(1.849)	(2.954)	(4.803)	(1,849)	(2,954)	(4,803)
Deslocamentos	(5.639)	(4.047)	(9.686)	(5,639)	(4,047)	(9,686)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	(1.618)	(1.843)	(3.461)	(1,618)	(1,843)	(3,461)
Impostos e taxas	(1.618)	(1.843)	(3.461)	(1,618)	(1,843)	(3,461)
Multa para devolução de imóveis	-	-	-	-	-	-
Valor justo <i>earn-out</i>	-	-	-	-	-	-
Perda por <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-
Bolsa Pesquisa Preceptores	-	-	-	-	-	-
Ratelo de despesas com amortização e depreciação	(221)	(100)	(321)	(221)	(100)	(321)
Outras receitas (despesas) líquidas	(2.200)	6.200	4.000	(2,200)	6,200	4,000
Total	(93.005)	(53.520)	(146.525)	(93,005)	(53,520)	(146,525)

(a) Referem-se, principalmente, a gastos com energia elétrica e IPTU, bem como às despesas com aluguéis cujos contratos possuem as características para as isenções previstas na norma contábil CPC 06 (R2), correspondente ao IFRS 16 (nota explicativa 12).

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total
Variações Monetárias	-	-	-	-	-	-
Passivos s/Tributos	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	(227)	(683)	(910)	(227)	(683)	(910)
Total	(314.375)	(280.567)	(594.942)	(314,375)	(280,567)	(594,942)
Resultado financeiro	(227.804)	(239.967)	(467.771)	(227,804)	(239,967)	(467,771)
Política: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa de juros efetiva, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando devidamente pagas ou recebidas.						
27. Transações com Partes Relacionadas: A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:						
	Controladora			Controladora		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Ativo Dividendo	-	-	-	-	-	-
Passivo Dividendo	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Ativo Dividendo	-	-	-	-	-	-
Passivo Dividendo	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Ativo Dividendo	-	-	-	-	-	-
Passivo Dividendo	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Ativo Dividendo	-	-	-	-	-	-
Passivo Dividendo	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Ativo Dividendo	-	-	-	-	-	-
Passivo Dividendo	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-



→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

					Controladora	
					31/12/2025	
					Efeito no resultado	
Indexador	Risco	Valor	Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(659.842)	(98.316)	(122.895)	(147.474)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Alta do CDI	2.032.377	302.824	378.530	454.236
Contas a pagar com aquisições	CDI	Alta do CDI	2.307	344	430	516
Exposição líquida - perda		1.374.842	204.852	256.065	307.278	
					Consolidado	
					31/12/2025	
					Efeito no resultado	
Indexador	Risco	Valor	Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(1.046.306)	(155.900)	(194.875)	(233.850)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Alta do CDI	2.032.377	302.824	378.530	454.236
Contas a pagar com aquisições	CDI	Alta do CDI	8.875	1.322	1.653	1.983
Contas a pagar com aquisições	INPC	Alta do INPC	27.392	1.068	1.335	1.602
Outros passivos - Bolsas PROITES a conceder	Selic	Alta da Selic	128.959	19.344	24.180	29.016
Exposição líquida - perda		1.151.297	168.858	210.823	252.987	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, efetuamos a análise de sensibilidade considerando os cenários de riscos mencionados no quadro acima, pois são os cenários que poderiam nos impactar negativamente no período atual, porém como temos mais aplicações do que contas a pagar por aquisições e outros passivos, não identificamos riscos materiais no período. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

30. Cobertura de Seguros: É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua

DIRETORIA

Maurício Nogueira Escobar - Diretor Presidente

Tiago Garcia Moraes - Diretor Financeiro e Relações com Investidores

CONTADOR

Ederson Toshioyuki Yoritomi - CRC/SP 1SP265176/0-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

os Acionistas e Administradores da **Inspiral Educação S.A.** Belo Horizonte – MG, **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inspiral Educação S.A. (Companhia), identificadas como controladora e controlada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita:** Conforme descrito na nota explicativa 23, a principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e EAD. Os procedimentos de auditoria para avaliar o reconhecimento de receita da Companhia e de suas controladas incluem, entre outros, a obtenção e a verificação independente de amostras de dados de alunos matriculados em cada unidade de ensino, os controles internos estabelecidos dependentes da manutenção de um adequado cadastro de alunos e a verificação dos cursos ofertados, incluindo certas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita seja determinada adequadamente, líquida de qualquer desconto esperado. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíam, entre outros, (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) reconciliação dos respectivos relatórios auxiliares com os saldos contábeis; e (iii) inspeção, em bases amostrais, de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, incluindo: (a) contratos de serviços firmados pelos alunos; (b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno, incluindo certas transações envolvendo os programas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUN), verificando a efetiva elegibilidade e adesão por meio dos contratos dos alunos nos órgãos competentes; (c) comprovantes de liquidação subsequente de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e (d) relatórios de frequência de alunos. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria, não registrados pela diretoria tendo em vista a imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas. Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Provisão para perdas esperadas de crédito sobre contas a receber de clientes:** Conforme descrito na nota explicativa 6, a apuração do valor da provisão para perdas esperadas de créditos sobre contas a receber de clientes envolve subjetividade de alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas de créditos com contas a receber de clientes envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo histórico de inadimplência, renegociações, estágio do aluno no curso e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. Adicionalmente, em função do ciclo semanal de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre podem representar um incremento do risco de crédito. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Consideramos esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de tais julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas de créditos com contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas das demonstrações financeiras, em relação às perdas reais e esperadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas de créditos com contas a receber de clientes, incluindo: (i) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na determinação das perdas esperadas de crédito com contas a receber de clientes; (ii) conciliação e testes de integridade, em bases amostrais, da base de dados considerada pela diretoria na determinação de tal perda esperada de crédito; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas definidas pela diretoria da Companhia, por meio de testes de amostragem e análise de tendências; e (iv) avaliação da razoabilidade das divulgações apresentadas. Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas de créditos sobre contas a receber de clientes, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotadas pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Teste de recuperabilidade do ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes registrados de R\$ 2.706.214 mil e R\$ 1.236.107 mil, respectivamente, conforme descrito na nota explicativa 13, os quais estão sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (teste de impairment). Dado que o referido teste de impairment é realizado por meio de projeções de fluxo de caixa descontados para cada Unidade Geradora de Caixa (“UG”), que envolve alta subjetividade por parte da diretoria na determinação das principais premissas (tais como taxa de crescimento de receita, taxa de crescimento na perpetuidade, margem bruta e taxa de desconto), bem como o montante do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos sobre os testes de impairment; (ii) testes sobre a integridade dos dados e dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (iii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iv) avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, incluindo taxa crescimento de receita, taxa de crescimento na perpetuidade, margem bruta e taxa de desconto, bem como o montante do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos sobre os testes de impairment; (ii) testes sobre a integridade dos dados e dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (iii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iv) avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, incluindo taxa crescimento de receita, taxa de crescimento na perpetuidade, margem bruta e taxa de desconto, bem como o montante do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria.

atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

31. Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Principais Transações que não Afetaram o Caixa: A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Compensação UNITFG (i) (ii)	-	84,156	-
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	1.046	(1.857)	(1.857)
Compra de crédito tributário	-	-	25,399
Compensação crédito tributário x parcelamento	-	-	(12,676)

(i) O valor de R\$82.156 refere-se à compensação da contraprestação pela aquisição da participação remanescente da Unifig, realizada por meio da utilização de créditos de despesa do Centro de Educação Superior de Guanambi (CESG) junto aos seus vendedores. Esses créditos estavam registrados como direitos a receber e foram baixados na data da conclusão da referida aquisição (nota explicativa 2.4). (ii) O valor de R\$ 2.000 refere-se ao compromisso de concessão de bolsas de estudo, a serem utilizadas por beneficiários indicados pelos vendedores, no prazo de até 24 meses contados da data de fechamento (nota explicativa 2.4).

32. Eventos Subsequentes: Compra de participação minoritária - Faseh: Em 24 de fevereiro de 2026, foi celebrado o contrato de compra e venda de participação societária, onde houve a aquisição de 10.521 quotas do capital social da Faseh no montante aproximado de R\$ 45.321. A Inovattus aumentou sua participação societária na Faseh, passando de 83,90% para 94,42%. A operação é caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Companhia já detinha o controle da Faseh por meio da Inovattus. A Faseh permanece sendo integralmente consolidada nas demonstrações financeiras da Inspirali. **Recomposição do caixa:** Em 11 de março de 2026, em decorrência do acordo celebrado entre a Inspirali e Anima Holding, houve recomposição de caixa na VC Network no montante de R\$ 47.579, decorrente da apuração do consumo de caixa oriundo dos cursos ex-medicina referente ao último trimestre de 2025. **Cancelamento de dividendos:** Em 16 de março de 2026, foi aprovado pela assembleia geral ordinária o cancelamento dos dividendos a pagar da VC Network à Inspirali e Anima Holding, nos valores de R\$ 178.239 e R\$ 21.262 (nota explicativa 27) respectivamente, permanecendo como reserva de lucros na VC Network.

divulga, margem bruta e taxa de desconto, comparando as referidas premissas com informações obtidas nos planos de negócios e também aquelas obtidas externamente; e (v) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as bases de desconto; e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros, bem como nos auxiliar com análises de sensibilidade em relação às principais premissas utilizadas nas projeções. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os testes de recuperabilidade do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. **•** Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação. **•** Comunicamos ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria da Companhia, entre outros, sobre os assuntos que julgamos mais significativos nas nossas conclusões, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 27 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O
Yago Freitas de Paula
Contador MG-091499/O



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/720E-1680-58EF-5EAB> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 720E-1680-58EF-5EAB



Hash do Documento

POLbgwLM0T/QHuX/HrudiAYTpRtNukjm4CjFVos9yfc=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2026 é(são) :

☒ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 27/03/2026 21:49

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.9223877 Longitude: -43.9460537 Accuracy: 3434.8545298060485

IP: 172.16.4.15

AC: AC SAFEWEB RFB v5

